

01104

Bairros obreiros de Aratu serão construídos por etapas

Um novo conjunto residencial surgirá no CIA-Centro Industrial de Aratu, com cerca de 40 mil unidades para 200 mil habitantes. O projeto é do arq. Sérgio Bernardes, com financiamento do BNH-Banco Nacional da Habitação, governo do Estado e Incoop-BA-Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais da Bahia.

Destinado aos operários do CIA, ele será construído por etapas, e obedecerá a uma série de inovações em relação a outros núcleos: vai chamar-se "bairros obreiros de Aratu", por sugestão de Bernardes que, em sua exposição de motivos ao superintendente do CIA, apresentou alteração do projeto original do Plano Diretor de Aratu.

"O planejamento de uma zona habitacional — disse o arquiteto — para atender ao crescimento demográfico do Centro Industrial de Aratu, implica no reexame das áreas ocupadas pela dinâmica emergencial do desenvolvimento, ocasionando desvios fundamentais às diretrizes do Plano Diretor".

"Contígua à área em que — indevidamente — se implantou a Usiba-Usina Siderúrgica da Bahia, desenvolveram-se, sem planejamento, zonas habitacionais como a de Valéria, cuja população se multiplica velozmente, tornando o espaço desaconselhável para implantação de novas indústrias, inclusive por sua exiguidade em relação às disponibilidades do lado oposto da siderurgia. O que se há de fazer é: equipar essa área infra-estruturalmente e corrigir as distorções urbanas ali existentes antes que o processo se

torne irreversível; converter a Usiba em limite extremo da zona industrial, dando sua instalação como fato consumado e irreversível. Em torno da represa do cobre, convertida em reserva natural, abrigo de bosques e lagos abertos à visitação popular — portanto um parque de atratividade recreativa e turística — o espaço habitacional se desenvolverá obediente a rigorosas diretrizes urbanísticas, não mais se permitindo o estabelecimento indiscriminado de núcleos habitacionais, ou a implantação de áreas industriais".

A área em que se pretende desenvolver o novo espaço habitacional, limítrofe à Usiba, deverá ser protegida naturalmente por uma zona verde, não edificável.

O espaço a ser planejado abrange 3.593.023 m² que, ocupados horizontalmente com as dez unidades residenciais programadas numa primeira etapa, descontadas as vias, áreas de dispersão e pontos de edificação impraticável, resultariam em uma taxa demasiadamente alta de ocupação do solo, destruição da paisagem, aterros e desmontes. A região seria convertida em um conglomerado de 50 mil pessoas confinadas, acarretando todos os problemas urbanos já conhecidos, exigindo uma infra-estrutura de serviços públicos demasiadamente onerosa para ser satisfatoriamente realizada.

Assim, com respeito às exigências ecológicas, às condições geológicas e objetivando dar aos futuros habitantes do local moradias e ambiente ao nível das exigências de uma vida saudável, procurou-se respeitar a topografia existente o mais integralmente possível. A intenção foi

aque:a de colocar a natureza a serviço do homem, sem violentá-la, sem destruí-la. A questão se reduz aí em um aparente paradoxo: ocupar o solo com vias de penetração, áreas de dispersão e dez mil unidades habitacionais, deixando-o livre o mais extensamente possível.

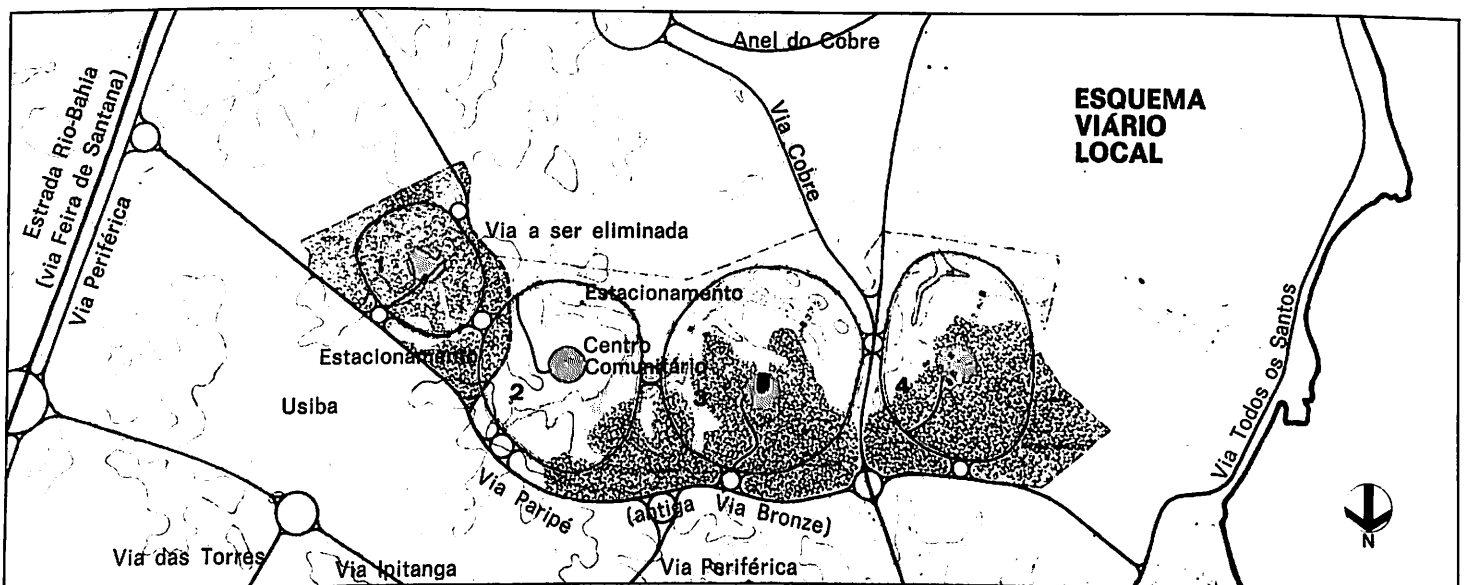
MATRIZ URBANÍSTICA

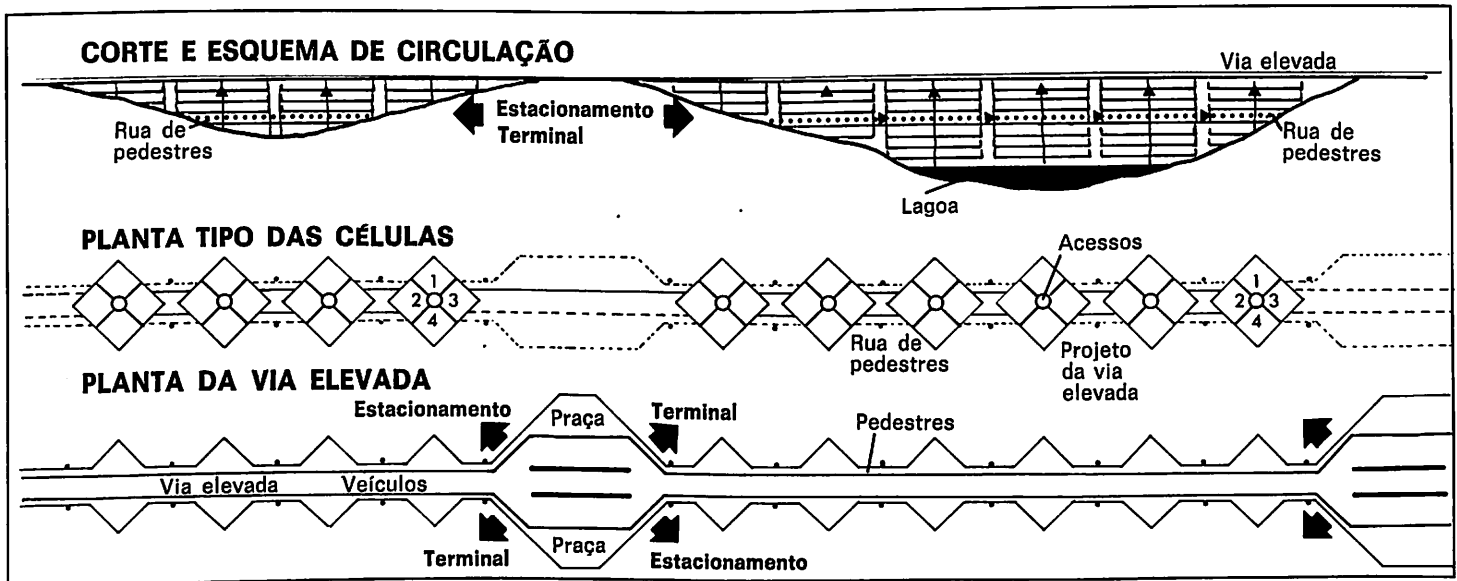
A exigência conceitual originou a criação de uma consequente matriz urbanística, elidindo o paradoxo aparente e viabilizando a intenção inicial.

A matriz é um modelo celular, aplicável em qualquer região do terreno (obedecidas as suas condições topográficas e geológicas), caracterizado por um anel periférico e por um núcleo central.

Duas forças atuam sobre esse anel: uma, centrífuga, mantendo as viaturas na periferia, não permitindo sua penetração poluente e outra centrípeta, atraindo para dentro, voltados para o núcleo central, os moradores e as moradias. A primeira mantém o distanciamento necessário do "Mundo Exterior" e a segunda intimiza os moradores com a ambiência da natureza, respeitada em sua integridade, e os conduz para o núcleo de convivência onde se localiza o centro comunitário com seus serviços de atendimento educacional, sanitários etc.

Localizadas na periferia do anel em diversos níveis — de acordo com as depressões ou elevações do terreno — as moradias se organizam verticalmente atendidas setorialmente por vias de uso exclusivo para pedestres. O anel por on-





de circulam as viaturas, situa-se sempre em um plano superior às habitações e se liga à rede viária da região.

Cabe ao governo a implantação de toda a infra-estrutura urbana que viabilizará as construções desse parque residencial, ou seja, dos bairros obreiros. Esse modelo matricial celular pode ser repetido sistematicamente, tantas vezes quantas necessárias para cobrir a região de maneira organizada e racional.

A mobilidade dos moradores precisa ser assegurada por um sistema circulatório de vias condutoras (para o trabalho, para a praia, para as cidades vizinhas, para o centro). Portanto, há de se dar prosseguimento ao plano viário, estabelecendo-se as conexões e saídas necessárias. Unindo a via periférica a Paripe, planejou-se a criação de uma via cortando transversalmente a área.

É indicado o prolongamento da via do

Cobre até a baía de Todos os Santos, com o que passará a ser chamada via das Duas Águas, por unir as águas do oceano às da baía. "Pelo anel do Cobre utilizando-se as vias planejadas, podem ser atingidas as regiões circunvizinhas", concluiu Sérgio Bernardes, opinando pelas alterações propostas, "à luz das diretrizes inicialmente formuladas no projeto original".

A proposta de Sérgio Bernardes, para a construção dos bairros obreiros de Aratu, foi apresentada ao BNH para apreciação da viabilidade técnico-econômica e financeira, sendo distinguida pela diretoria do órgão como projeto arquitetônico inédito, no que diz respeito à habitação popular no país, e aprovada com louvor, segundo revelou o arq. Ubiratan Cardoso, representante do Escritório SBA-Sérgio Bernardes Associados, da Bahia.

Esse núcleo será construído por etapas,

a primeira delas com dez mil unidades, a começar ainda este ano, dependendo do projeto executivo. "As habitações — acentuou Ubiratan Cardoso — serão dispostas nos anéis planejados no desenvolvimento do urbanismo, sob a via elevada, com aproveitamento da topografia e respeito total ao solo.

Com esse partido arquitetônico, surgirão os blocos das unidades habitacionais, que terão o máximo de sete pavimentos e mínimo de dois, formando uma verdadeira muralha.

No centro de cada núcleo surgirão os centros comunitários, que terão a distância máxima entre si e as habitações num raio de 300 m. Ubiratan Cardoso finalizou esclarecendo que Sérgio Bernardes quer, com isso, dar aos moradores um sentido de posse daquilo que está dentro da muralha, com sua vegetação totalmente preservada.